



GEDIPE

Relatório
de Atividades e Contas

2015



Lisboa | abril 2016

Índice

Relatório de Atividades

Relatório da Direção

Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Anexo

Execução Orçamental

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Relatório de Auditoria

GEDIPE

Associação para a Gestão de Direitos de Autor,
Produtores e Editores

Av. Estados Unidos da América, n.º 51 – 4.º Esq.
1700-165 Lisboa

T: (+351) 218.400.187 / 8

F: (+351) 218.400.189

info@gedipe.org

<https://www.gedipe.org/site/>

Relatório de Atividades

Preâmbulo

Caros Associados,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame, apreciação e aprovação da Assembleia-Geral o relatório de atividades referente ao exercício de 2015.

Na celebração de mais um ano, a associação pautou-se pela consolidação financeira e execução dos projetos e objetivos propostos. As cobranças tiveram uma evolução positiva garantindo a defesa e proteção dos direitos dos nossos representados.

O acordo de cooperação celebrado com a AGICOA (Association de Gestion Collective des Oeuvres Audiovisuelles), para a cobrança dos direitos de retransmissão, permitiu-nos continuar a dotar a GEDIPE com uma estrutura sólida e profissional, caracterizada pela eficácia no controlo dos custos.

Este ano ficou marcado com a publicação em 14 de abril da lei 26/2015 que regula o funcionamento das entidades de gestão coletiva de direitos de autor e dos direitos conexos. Com efeito, para além de termos tido um papel fundamental em todo o processo de alteração legislativa em parceria com a AUDIOGEST e GDA, naquilo que foi a implementação da nova lei, coube-nos também a realização de acordos com as associações de usuários, nomeadamente a AHRESP (Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal) e AHP (Associação de Hotelaria de Portugal), com vista ao estabelecimento de um regime para a criação de tarifários onde titulares de direitos e usuários poderão encontrar soluções consensuais para a criação e alteração dos tarifários praticados.

No ano contabilístico de 2015 a distribuição de direitos de retransmissão foi particularmente interessante para os titulares nacionais. Os montantes distribuídos demonstraram a eficácia no registo e identificação das obras. Para que tal tenha sido possível, foi necessário que os titulares de direitos registassem as suas obras e direitos nos termos e aconselhamento efetuado pela equipa encarregue pela distribuição de direitos da GEDIPE, cujo trabalho em muito contribuiu para o alargamento do repertório de obras nacionais.

A distribuição de direitos de cópia privada, possibilitada através dos acordos celebrados com várias entidades internacionais e dos mandatos atribuídos pelos Titulares de Direitos, para a cobrança, gestão e distribuição dos mesmos, foi concretizada uma vez mais com muito esforço e empenho. A nova Lei irá trazer valores muito significativos, no futuro, que permitem uma consolidação efetiva destes direitos.

Continuou-se a desenvolver com a GDA, o projeto de cobrança de direitos de comunicação pública em Hotéis, que visa fortalecer e apoiar os produtores e autores audiovisuais, alcançando-se valores de cobrança significativos e suscetíveis de colocar à distribuição no próximo exercício.

O objetivo principal desta associação continuou, pois, entre outras, a ser a proteção dos direitos remuneratórios, sujeitos a gestão coletiva dos produtores audiovisuais, acompanhando-se constantemente a evolução e alteração de todas as matérias relacionadas com uma cobrança e gestão eficaz dos direitos em causa.

Na convicção de que o exercício findo permitiu a concretização dos objetivos, a Direcção agradece a todos os Associados a confiança que lhes mereceu.

Paulo Santos

Atividades Desenvolvidas

Cooperação com outras entidades

Por inerência das obrigações estatutárias assumidas em várias associações sem fins lucrativos, realizámos o seguinte em cada uma das entidades:

AGICOA

Participámos nas assembleias-gerais, reuniões de direção e demais reuniões relativas à atualização do panorama global na área dos direitos de retransmissão.

Enquanto membro associado da AGICOA continuámos a desenvolver, em parceria, o projeto IRRIS, relativo à distribuição da cópia privada, para contínua adaptação desta plataforma informática a esta diferente realidade.

EUROCOPYA

A GEDIPE tem mantido uma participação ativa nas reuniões de direção bem como nas assembleias gerais desta associação, cujo objeto é o acompanhamento ao nível europeu das alterações do regime da cópia privada.

FEVIP

A GEDIPE, como membro da direção da FEVIP (Associação de Defesa de Obras Audiovisuais), participou ativamente no desenvolvimento do seu objeto social, quer através das reuniões de direção e assembleias-gerais e ainda apoiando o seu orçamento operacional. Apoiou esta associação na atividade relacionada com o combate à pirataria audiovisual na internet, tendo ainda contribuído para a assinatura do Memorando de Entendimento (ver nota MAPINET), dotando assim a associação de um tour de force inédito até então, como medida de proteção às obras audiovisuais dos seus associados.

A GEDIPE, em parceria com a FEVIP, patrocinou a primeira edição da Festa do Cinema, obtendo resultados muito satisfatórios, com mais de 200 mil espectadores em três dias de evento.

Mapinet

Como membro do Mapinet (Movimento Cívico Antipirataria na Internet), apoiámos e desenvolvemos este projeto que visa alertar à consciência cívica dos Governos e Sociedade Civil, no geral, tendo-se ainda neste ano assinado o “Memorando de Entendimento”, acordo que passou a permitir de forma inédita e célere o bloqueio de *websites* piratas, conferindo-se assim uma maior proteção ao direito de autor.

ISAN Portugal

A GEDIPE, como presidente da direção da ISAN PORTUGAL – Associação de Acreditação de Obras Audiovisuais, participou nas reuniões de direção e assembleias-gerais desta entidade.

A GEDIPE tem desenvolvido este projeto em parceria com a GDA com o intuito de obter uma contínua integração do corrente projeto com vista a trazer para o mercado audiovisual nacional um valor acrescentado quanto ao registo internacional das suas obras ISAN (International Standard Audiovisual Number) em Portugal.

AGECOP

Como presidente da assembleia-geral da AGE COP (Associação para a Gestão da Cópia Privada), participámos nas respetivas assembleias-gerais, e como associados delineámos os novos estatutos e os regulamentos de distribuição da associação. Também participámos ativamente na elaboração e desenvolvimento, bem como finalização e aprovação, da nova lei da cópia privada.

Processos legislativos

A alteração implementada no corrente ano à lei das sociedades de gestão através da lei 26/2015 de 14 de abril contou com a participação ativa da GEDIPE, nomeadamente no que toca à implementação em conformidade com a respetiva diretiva comunitária das sociedades de gestão, tendo-se efetuado um esforço elevado para encontrar as soluções consensuais às diversas entidades de gestão coletiva de direitos e associações de usuários. Neste sentido, foram efetuadas várias reuniões de trabalho com os diversos grupos parlamentares representados na Assembleia da República, bem como com o Governo, de modo a que o regime agora preconizado pela nova lei fosse o mais consensual e transparente possível no que toca ao direito à informação para os detentores de direitos e usuários.

Esta lei trará uma alteração profunda de procedimentos internos e externos, no decorrer do próximo ano, razão pela qual também iniciámos o projeto de alteração de estatutos da associação.

Direitos de Retransmissão

Efetivámos a cobrança de direitos de retransmissão aos respetivos operadores de cabo e meios similares de retransmissão.

Concretizámos mais uma distribuição de direitos de retransmissão, relativa à programação de televisão do ano 2014, conforme estabelecido no acordo de cooperação celebrado com a AGICOA.

Promovemos ações de formação, sessões de esclarecimento e inúmeras reuniões individuais, para auxiliar os nossos associados na introdução e registo de obras e direitos no sistema IRRIS, bem como resolvemos e clarificámos quaisquer questões que adviessem deste tipo de direitos dando continuidade a todo o processo de gestão inerente.

Distribuição de direitos de retransmissão

Os direitos cobrados aos operadores de retransmissão, colocados à distribuição e relativos ao ano de programação 2014, foram de 3.972.569 Euros a que corresponderam os direitos líquidos a distribuir de 3.454.646 Euros, incluindo os respetivos juros (61.157 Euros) e deduzidos os montantes relativos ao fundo cultural (5%) no valor de 198.628 Euros e a comissão de gestão da AGICOA (198.628 Euros) e outras deduções (erros/omissões/reclamações) no valor de 181.823 Euros.

A distribuição de direitos de retransmissão, no ano **2015**, caracterizou-se pelo acréscimo de direitos alocados a distribuir aos titulares nacionais em comparação com os titulares internacionais. As obras identificadas (70%) totalizaram o montante a alocar, na primeira

distribuição, de 2.606.843,18 Euros. As obras identificadas aos titulares nacionais totalizaram 71% do valor a distribuir, sendo que a APIT recebe 99% deste valor a distribuir aos titulares nacionais.

Identificamos em quadro anexo os valores distribuídos, em euros, relativos à distribuição, por titulares nacionais e internacionais:

Direitos de Retransmissão	Ano de Programação 2014	%
Titulares Nacionais	1,865,222.85	72%
Titulares Internacionais	741,620.33	28%
Total distribuído:	2,606,843.18	100%

Direitos de Cópia Privada

Concretizámos mais uma distribuição de direitos de cópia privada aos titulares de direitos a nível mundial, relativa à programação de televisão do ano 2012, no seguimento dos acordos de reciprocidade celebrados com as sociedades de gestão coletiva congéneres e da atribuição dos mandatos dos Estúdios Major Norte Americanos.

Distribuição de direitos de cópia privada

O ano **2015** permitiu efetuar mais uma distribuição de direitos de cópia privada. Para o efeito foi utilizado o sistema IRRIS, com as devidas alterações propostas pela GEDIPE, o que permitiu a concretização deste objetivo. Consideramos que este projeto assume uma importância relevante em virtude de ser o primeiro sistema de gestão de direitos que possibilita de forma automática a distribuição de direitos de cópia privada.

A distribuição de direitos de cópia privada, relativa à programação de televisão do ano 2012, caracterizou-se pelo aumento dos direitos alocados aos titulares nacionais em comparação com os internacionais. Os direitos recebidos pela AGECOP, colocados à distribuição e relativos ao ano de programação 2012, foram de 154.462 Euros a que corresponderam os direitos líquidos a distribuir de 91.195 Euros, incluindo os respetivos juros (3.089 Euros) e deduzidos os montantes relativos ao fundo cultural (20%) no valor de 30.892 Euros, o pagamento às televisões nacionais (25.332 Euros) e outras deduções (erros/omissões/reclamações) no valor de 10.133 Euros. Adicionalmente a este montante foi efetuada a distribuição final, no valor de 23.399 Euros do ano de programação 2009, sendo que os valores a distribuir somaram 62% para os titulares nacionais (APIT recebeu 97%) e internacionais 38%.

Identificamos em quadro anexo os valores distribuídos, em euros, relativos à distribuição, por titulares nacionais e internacionais:

Direitos de Cópia Privada	Ano de Programação 2012	%
Titulares Nacionais	65,771.24	62%
Titulares Internacionais	40,555.82	38%
Total distribuído:	106,327.06	100%

Reserva do Fundo Cultural de Direitos da Cópia Privada

Na sequência da distribuição afeta aos direitos de cópia privada, do ano de programação 2012, foi efetuada a distribuição relativa à reserva do fundo cultural de direitos de cópia privada. Reconhecemos que é de fundamental importância para a cultura nacional apoiar a versão portuguesa de videogramas estrangeiros, como forma de incentivo ao desenvolvimento do mercado de vídeo, nomeadamente através de apoios financeiros aos editores de vídeo nacionais responsáveis pela versão portuguesa de videogramas estrangeiros. Esta distribuição totalizou o montante de 24.560 Euros.

Direitos Conexos de Comunicação Pública

Este projeto está a ser desenvolvido em parceria com a GDA, tendo em vista um estreitamento de laços institucionais que permitam um trabalho eficiente e pragmático, nunca perdendo de vista a defesa dos interesses dos nossos associados. No decorrer do ano 2015 foram alcançadas as metas anteriormente definidas sendo que os valores cobrados se mostraram extremamente interessantes.

A faturação destes direitos, relativa ao ano 2015, foi de 1.229.472 Euros (aumento de 131% face ao ano anterior), para um universo de 695 estabelecimentos licenciados (aumento de 70%). Os valores dos anos anteriores corresponderam a 2014 (532.893 Euros) 2013 (275.583), 2012 (56.202 euros) e 2011 (10.846 Euros).

O protocolo assinado em janeiro de 2015, com a Confederação do Turismo Português, permitiu um aumento significativo da cobrança destes direitos bem como a assinatura de vários acordos com as principais cadeias hoteleiras (Grupo Pestana e Grupo Vila Galé) e associações do setor (AHP, ACISO, AHETA, AHRESP, APHORT, AIHSA e ATA).

As ações principais instauradas no Tribunal da Propriedade Intelectual, contra vários grupos de hotéis, permitiram alcançar mais acordos individuais.

No decorrer deste ano foram contactadas inúmeras unidades hoteleiras (1300), no continente e regiões autónomas, a solicitar o respetivo licenciamento, com o objetivo de as sensibilizar para a necessidade de regularizarem a sua situação.

Em 2016 as unidades que estejam por licenciar serão alvo de novas providências cautelares, com especial incidência nas unidades hoteleiras situadas na região autónoma da Madeira, com o intuito de licenciar todas aquelas que estejam em falta, tendo como objetivo o universo hoteleiro Português.

Outros

Celebrámos contratos de reciprocidade com entidades congéneres internacionais visando um amplo acompanhamento do direito de autor.

Promovemos contactos com outras entidades, nacionais e estrangeiras, tendo em vista a concretização de parcerias estratégicas.

Continuámos a apoiar e renovámos os protocolos com a APIT (Associação de Produtores Independentes de Televisão) e FEVIP para apoiar estas entidades, na prossecução dos seus

objetos sociais, na contínua e imprescindível defesa e proteção do direito de autor e direitos conexos.

Renegociámos com o banco Santander Totta as respetivas taxas de juro dos depósitos a prazo permitindo a valorização efetiva dos ativos financeiros da GEDIPE.

Acompanhámos a ação contra o Estado Português, para efetivar a cobrança do direito de aluguer, pelos prejuízos causados à indústria videográfica, e em consequência da condenação do mesmo pela má transposição da Diretiva Comunitária 92/100/CEE relativa ao direito de aluguer, ao direito de comodato e a certos direitos conexos aos direitos de autor em matéria de propriedade intelectual. Esta ação visa um processo negocial que se proponha a compensar os titulares de direitos representados da GEDIPE, pela má opção de política legislativa.

O fundo cultural constituído nos termos do número 1 do Artigo 13 da Lei 83/2001 de 3 de agosto, e que corresponde a cinco por cento (5%) do valor total cobrado de direitos de retransmissão, e vinte por cento (20%) do valor total recebido de direitos de cópia privada distribuídos pela AGECOP, foi aplicado em projetos elegíveis no âmbito do fundo cultural, estando o remanescente aplicado em depósitos a prazo.

Durante este exercício foi-nos possível preparar e aprovar nos termos estatutários o plano de atividades e o orçamento para o ano 2016.

Relatório da Direcção

Caros Associados,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame, apreciação e aprovação da Assembleia-Geral o Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

1. Enquadramento Económico

Em 2015 assistimos a um ciclo de retração da economia mundial face às expetativas iniciais do ano, que levaram quer o FMI, quer a OCDE, a reverem em baixa as suas previsões. A economia do mundo, o comércio global e algumas das principais bolsas financeiras, em especial as asiáticas, sofreram em 2015 quebras assinaláveis.

A economia portuguesa evidenciou uma recuperação, proporcionada, fundamentalmente, pelo consumo privado e crescimento de exportações.

Assim em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 1,5% em volume, mais 0,6% que o verificado no ano anterior. O contributo da procura interna para a variação anual do PIB aumentou, situando-se em 2,5% em 2015 (2,2% em 2014), devido ao crescimento mais intenso das despesas de consumo final, uma vez que o investimento desacelerou.

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

Principais indicadores económicos (%)						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016 ^(a)
Produto interno bruto (PIB)	-1,3	-3,3	-1,1	0,9	1,5	1,6
Consumo privado	-4,0	-5,8	-1,2	2,2	2,5	1,6
Consumo público	-3,8	-3,9	-2,0	-0,5	0,5	0,5
Défice (% do PIB)	-4,4	-5,2	-4,8	-7,2	-4,0	-2,8
Taxa de desemprego	12,7	15,7	16,2	13,9	12,2	11,3
Taxa de inflação (IHPC)	3,6	2,8	0,4	-0,3	0,5	0,7

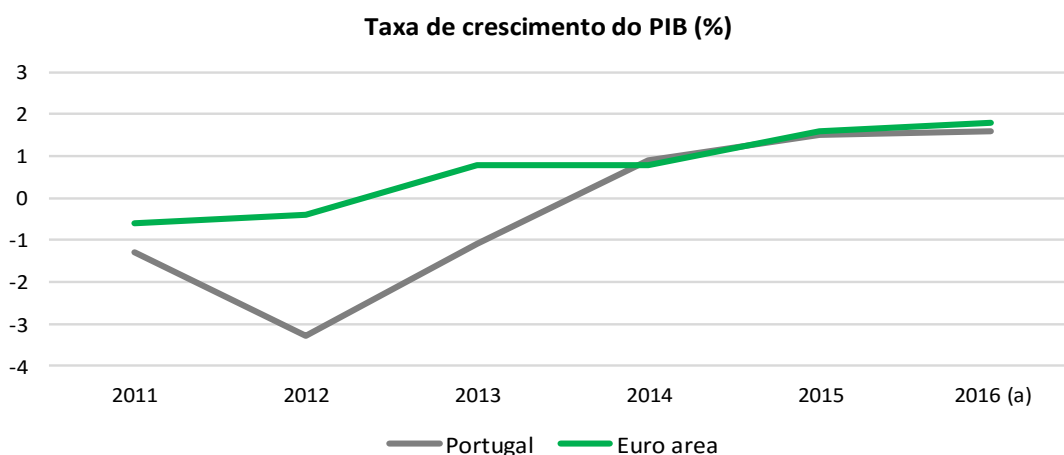
Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística e Ministério das Finanças e Banco de Portugal e Eurostat

Notas: (a) Previsões OCDE (nov. 2015)

A taxa de desemprego anual prevê-se que se situe nos 12,2%, o que se traduz em cerca de 630 mil pessoas desempregadas. Em relação ao ano anterior é de realçar que a taxa de desemprego se fixou em 13,9%, e recorde-se que a taxa de desemprego em 2013 era de 16,2%.

Entre os estados-membros, Portugal continua a ter uma das taxas de desemprego mais elevadas, sendo que as mais altas são a de Espanha (22,3%) e da Grécia (25,7%), enquanto Alemanha (4,7%) e Malta (5,8%) apresentam as taxas mais baixas. Na zona Euro, a taxa de desemprego desceu para 11,0% enquanto na União Europeia desceu para 9,5%.

A economia portuguesa evoluiu de 0,9% em 2014 para 1,5% em 2015. Para 2016, a Comissão Europeia prevê uma estabilização do PIB, positivo em 1,6%, conforme quadro a seguir apresentado (valores em percentagens):



Fontes: Ministério das Finanças e Comissão Europeia
 Notas: (a) Previsões OCDE

Segundo as previsões económicas semestrais de novembro divulgadas em Bruxelas, Portugal será, em conjunto com a Grécia, os dois países onde a evolução do PIB será mais acentuada. Em termos médios anuais a Comissão Europeia espera uma evolução do PIB da área euro para 1,6% e 1,8% em 2015 e 2016, respetivamente.

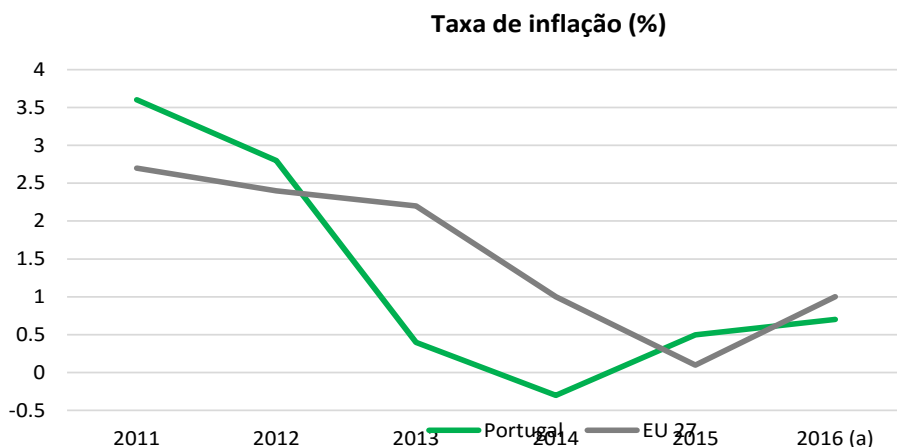
Em Espanha, de acordo com o *Instituto Nacional de Estatística*, o PIB registou uma taxa de 3,1% positivos no ano de 2015, tendo previsto uma taxa de 2,7% positivos para 2016 e 2,4% positivos para 2017.

O BCE decidiu manter as taxas de juro oficiais, pelo que a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento manteve-se nos 0,05%. De acordo com essa entidade, as pressões sobre os preços na área do euro deverão continuar moderadas no médio prazo, e as condições monetárias, nomeadamente ao nível do crédito, deverão permanecer contidas.

No que diz respeito aos EUA, a Reserva Federal norte-americana (Fed) aumentou a taxa de juro de referência entre os 0,25% e 0,50% ao ano.

A taxa de inflação em 2015, divulgada pelo INE, fixou-se nos 0,5%. Em 2014, o valor final da inflação tinha sido negativo em -0,3%.

Enquanto o Eurostat divulgou, relativamente a 2015, que a taxa de inflação anual da zona euro foi de 0,1%, enquanto na UE foi de 0,0%. O comportamento e evolução das taxas de inflação apresentam-se no seguinte quadro (valores em percentagens):



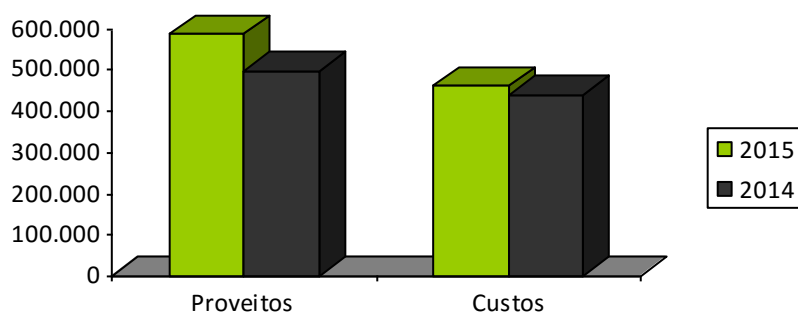
Fontes: Instituto Nacional de Estatística e Comissão Europeia
 Notas: (a) Previsões

As projeções para a economia portuguesa apontam para a continuação da recuperação gradual da atividade económica, com um ritmo médio de crescimento próximo do projetado para a área euro. O crescimento deverá ser assente no aumento das exportações, a par de uma recuperação da procura interna.

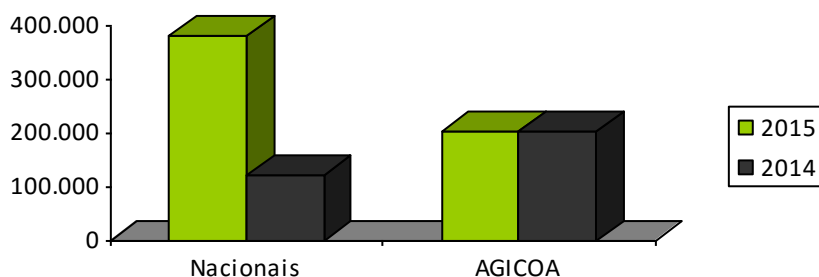
Apesar de ter alcançado progressos assinaláveis na correção dos desequilíbrios macroeconómicos, Portugal deverá prosseguir o processo de ajustamento em curso, com aumentos sustentáveis do consumo, com um crescimento do investimento que assegure a renovação do capital e com níveis de endividamento progressivamente menores.

2. Atividade Desenvolvida em 2015

Os gastos e os rendimentos operacionais apresentam a seguinte evolução (valores em euros):



Ao nível dos rendimentos estes decorrem das quotizações (AGICOA), comissões de gestão, serviços administrativos e de proveitos de verbas de direitos conexos no âmbito do projeto de cobrança de direitos conexos de comunicação pública audiovisual, conforme gráfico comparativo que se apresenta (valores em euros):



No que respeita aos gastos operacionais estes decorrem, fundamentalmente, de fornecimentos e serviços e gastos com o pessoal, conforme gráfico comparativo que se apresenta (valores em euros):



Os direitos de retransmissão debitados até 31 de dezembro de 2015 ascenderam a 32.514.363 euros.

Os direitos de retransmissão correspondentes ao exercício ascenderam a 4.049.836 euros.

No presente exercício foram distribuídos direitos de retransmissão por cabo no valor de 3.044.141. O valor total dos direitos de retransmissão distribuídos até 31 de dezembro de 2015 ascendeu a 23.233.289 euros.

Nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 83/2001, de 3 de agosto, a quantia correspondente a 5% do valor dos direitos debitados relativos retransmissão por cabo ou similares (1.625.718 euros) foi transferida para o fundo social e cultural. Nos termos da legislação referenciada, tais quantias apenas podem ser utilizadas em atividade sociais, formação, culturais e outras, estando a ser geridas em contas bancárias individualizadas.

No presente exercício foram distribuídos direitos de cópia privada no valor de 165.085 euros, respeitando 91.009 euros aos titulares nacionais e 74.076 euros aos titulares internacionais. O valor total dos direitos distribuídos até 31 de dezembro de 2015 ascendeu a 2.899.802 euros.

De salientar ainda a distribuição acumulada da reserva do fundo cultural dos direitos de cópia privada, cujo valor até 31 de dezembro de 2015 ascendeu a 626.438 euros. No exercício ascendeu a 63.128,50 euros.

Relativamente aos direitos de comunicação pública foi debitado um total acumulado 1.909.011 euros sendo que destes 259.746 euros foram considerados como proveitos em 2015 e 169.879 euros em 2014.

Os rendimentos acumulados das aplicações financeiras a 31 de dezembro ascendem a 1.250.437 euros, com a seguinte decomposição (valores em euros):

Descrição	31-12-2014	2015	31-12-2015
Retransmissão por cabo - Fiduciária	804.136	51.815	855.951
Retransmissão por cabo - F. Cultural	113.176	2.266	115.442
Cópia Privada - Fiduciária	206.508	5.230	211.738
Cópia Privada – Fundo Cultural	45.792	948	46.740
Cópia Privada – F. Cultural Agecop	16.447	-	16.447
Fiduciária – Direitos Conexos	1.331	2.788	4.119
	1.187.390	63.047	1.250.437

Em matéria de tesouraria foram concretizados os seguintes recebimentos e pagamentos (valores em euros):

Recebimentos	5.289.933
Pagamentos	<u>4.097.961</u>
Saldo de tesouraria	1.191.971

Investimentos

No exercício foram concretizados investimentos de 2.280 euros.

Resultado do exercício

O resultado líquido do exercício foi positivo em 102.044 euros.

3. Fatos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

4. Perspetivas para o exercício de 2016

Tendo presente o orçamento de exploração para 2016, os proveitos estimados ascendem a 515.000 euros, ou seja, um volume de atividade superior ao verificado em 2015.

5. Considerações finais

Na presente data, não existem dívidas em mora perante a Segurança Social ou perante o Estado.

6. Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se a transferência do resultado líquido do exercício, no valor de 102.043,56 euros (cento e dois mil quarenta e três euros e cinquenta e seis cêntimos) para resultados transitados.

Lisboa, 31 de março de 2016

Direção

Balanço

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão de Direitos de Autor, Produtores e Editores

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2015	31/12/2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	25,564.95	36,903.49
Ativos intangíveis	6	0.01	1,333.34
Outros ativos financeiros		681.34	318.22
		26,246.30	38,555.05
Ativo corrente			
Clientes	7	1,554,472.29	831,072.87
Estado e outros entes públicos	8	297,091.45	286,590.02
Associados		0.00	50,000.00
Outras contas a receber	7	1,372.15	3,119.99
Diferimentos		0.00	20,256.17
Caixa e depósitos bancários	4	10,192,790.53	9,000,819.10
		12,045,726.42	10,191,858.15
Total do ativo		12,071,972.72	10,230,413.20
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Resultados transitados	9	163,281.39	132,926.47
		163,281.39	132,926.47
Resultado líquido do período	9	102,043.56	30,354.92
Total do capital próprio		265,324.95	163,281.39
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10	13,359.16	18,778.05
Outras contas a pagar	11	8,162,207.90	6,430,708.07
		8,175,567.06	6,449,486.12
Passivo corrente			
Fornecedores	11	8,334.27	1,095.50
Adiantamentos de clientes	7	1,300.67	23,644.98
Estado e outros entes públicos	8	79,362.41	69,147.78
Financiamentos obtidos	10	4,582.44	3,628.87
Outras contas a pagar	11	3,537,500.92	3,520,128.56
		3,631,080.71	3,617,645.69
Total do passivo		11,806,647.77	10,067,131.81
Total do capital próprio e do passivo		12,071,972.72	10,230,413.20

Direção

Contabilista Certificado

Demonstração de resultados por naturezas

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão de Direitos de Autor, Produtores e Editores**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS****PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015****EURO**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	12	585,590.80	327,510.62
Fornecimentos e serviços externos	13	-280,286.41	-282,610.97
Gastos com o pessoal	14	-142,525.84	-129,025.59
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	-772.90
Outros rendimentos e ganhos	12	2,124.10	170,883.40
Outros gastos e perdas	15	-23,681.82	-14,928.18
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		141,220.83	71,056.38
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-14,952.46	-14,192.53
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		126,268.37	56,863.85
Juros e rendimentos similares obtidos	15	-1,173.49	-18,871.98
Resultado antes de impostos		125,094.88	37,991.87
Imposto sobre o rendimento do período	8	-23,051.32	-7,636.95
Resultado líquido do período		102,043.56	30,354.92

Direção

Contabilista Certificado

Demonstração dos fluxos de caixa

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão de Direitos de Autor, Produtores e Editores
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Quotas de associados		255,000.00	164,800.00
Comissões de gestão e outros serviços		285,522.04	347,381.15
Recebimentos de direitos		4,749,410.88	4,551,677.54
Pagamentos de direitos		-3,392,269.47	-3,054,673.53
Pagamentos a fornecedores		-287,840.67	-343,057.94
Pagamentos ao pessoal		-140,408.24	-119,874.47
Caixa gerada pelas operações		1,469,414.54	1,546,252.75
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-8,226.08	-11,983.78
Outros recebimentos relativos à atividade operacional		-260,625.76	-195,428.94
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1,200,562.70	1,338,840.03
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2,589.34	-1,139.77
Outros ativos		-363.12	-318.22
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0.00	0.00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-2,952.46	-1,457.99
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-1,173.49	-18,871.98
Outras operações de financiamento		-4,465.32	-6,793.08
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-5,638.81	-25,665.06
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1,191,971.43	1,311,716.98
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	9,000,819.10	7,689,102.12
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	10,192,790.53	9,000,819.10

Direção

Contabilista Certificado

Demonstração das alterações nos capitais próprios

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão de Direitos de Autor, Produtores e Editores
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2014

EURO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe				Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2014	1 9	0.00	90,117.62	42,808.85	132,926.47	0.00	132,926.47
Alterações no período							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
	2	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Resultado líquido do período	3			30,354.92	30,354.92	0.00	30,354.92
Resultado integral	4=2+3			30,354.92	30,354.92	0.00	30,354.92
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital							
Realizações de prémios de emissão							
Distribuições			42,808.85	-42,808.85	0.00	0.00	0.00
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações							
	5	0.00	42,808.85	-42,808.85	0.00	0.00	0.00
Posição no fim do período 2014	6=1+2+3+5 9	0.00	132,926.47	30,354.92	163,281.39	0.00	163,281.39

Direção

Contabilista Certificado

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão de Direitos de Autor, Produtores e Editores
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2015

EURO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe				Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2015	6 9	0.00	132,926.47	30,354.92	163,281.39	0.00	163,281.39
Alterações no período							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
	7	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Resultado líquido do período	8			102,043.56	102,043.56	0.00	102,043.56
Resultado integral	9=7+8			102,043.56	102,043.56	0.00	102,043.56
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital							
Realizações de prémios de emissão							
Distribuições			30,354.92	-30,354.92	0.00	0.00	0.00
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações							
	10	0.00	30,354.92	-30,354.92	0.00	0.00	0.00
Posição no fim do período 2015	11=6+7+8+10 9	0.00	163,281.39	102,043.56	265,324.95	0.00	265,324.95

Direção

Contabilista Certificado

1. Identificação da entidade:

Designação da entidade: GEDIPE – Associação para a Gestão de Direitos de Autor, Produtores e Editores

Sede: Avenida Estados Unidos da América, 51, 4º Esq., freguesia de Alvalade, em Lisboa

Natureza da atividade: Gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos em relação aos produtos audiovisuais produzidos e editados pelos autores, produtores e editores seus representados.

A Associação está legalmente constituída e registada na IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais como Sociedade de Gestão Coletiva sob o número noventa e seis, folha quarenta e sete, e encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número 504 229 290.

A GEDIPE, no âmbito do seu objeto e em conformidade com a Lei das Sociedades de gestão Coletiva, procede à emissão de débitos de direitos conexos de retransmissão aos operadores de televisão por cabo, de cópia privada e de direitos de comunicação pública audiovisual.

O orçamento da GEDIPE é suportado por quotizações (AGICOA), comissões de gestão, serviços administrativos e de proveitos de verbas de direitos conexos no âmbito do projeto de cobrança de direitos conexos de comunicação pública audiovisual.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2015.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado em 13 de julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º 158/2009.

2.2 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras da associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A direção optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes:

Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Associação considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Edifícios e outras construções	10 anos
Equipamento administrativo	3-10 anos

Ativos intangíveis

Os ativos adquiridos são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra, sendo mantidos ao custo histórico na mensuração ocorrida em períodos subsequentes, e estando apenas sujeitos a testes de imparidade quando existem indicadores que apontem nesse sentido.

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Reconhecimento dos direitos e ganhos associados

Os direitos de retransmissão e os direitos de cópia privada cobrados e os ganhos associados, nomeadamente os decorrentes das aplicações de capitais, são reconhecidos em contas a pagar para distribuição aos seus titulares. De referir que 5% do valor dos direitos de retransmissão e 20% dos direitos de cópia privada debitados estão afetos ao fundo cultural, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 83/2001, de 3 de agosto.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e as correspondentes receitas e despesas, são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, é reconhecido com referência à sua prestação.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, que incide sobre as comissões de gestão, serviços administrativos e prestações de serviços, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

3.3 – Juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras:

Não foram efetuados juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras.

3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

A Associação encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez.

A Associação gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o

entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Associação e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Associação o resultado, reportado pela Associação, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Impostos sobre os lucros

A Associação encontra-se isenta de pagamento do IRC na sua atividade associativa e sem fins lucrativos e sujeita ao pagamento de IRC sobre as comissões de gestão, serviços administrativos e prestações de serviços. O pagamento do imposto sobre o rendimento é efetuado com base no pró-rata entre estas duas vertentes e de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Associação, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Direção de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2015	2014
Numerário	0,00	0,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	10.192.790,53	9.000.819,10
Outras disponibilidades	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	10.192.790,53	9.000.819,10
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	10.192.790,53	9.000.819,10
Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo	0,00	0,00

5. Ativos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de ativos fixos tangíveis:

Exercício de 2015

Movimentos	Rubricas			Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	43.372,27	29.200,00	17.350,98	89.923,25
Depreciação acumulada	-30.107,35	-7.300,00	-15.612,41	-53.019,76
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	13.264,92	21.900,00	1.738,57	36.903,49
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	0,00	2.280,49	2.280,49
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-4.211,31	-7.300,00	-2.107,72	-13.619,03
Reg. da depreciação acumulada das alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	-4.211,31	-7.300,00	172,77	-11.338,54
Saldo final:				
Valor de aquisição	43.372,27	29.200,00	19.631,47	92.203,74
Depreciação acumulada	-34.318,66	-14.600,00	-17.720,13	-66.638,79
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	9.053,61	14.600,00	1.911,34	25.564,95

Exercício de 2014

Movimentos	Rubricas			Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	43.372,27	0,00	16.375,70	59.747,97
Depreciação acumulada	-25.896,04	0,00	-14.264,52	-40.160,56
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	17.476,23	0,00	2.111,18	19.587,41
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	29.200,00	975,28	30.175,28
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-4.211,31	-7.300,00	-1.347,89	-12.859,20
Reg. da depreciação acumulada das alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	-4.211,31	21.900,00	-372,61	17.316,08
Saldo final:				
Valor de aquisição	43.372,27	29.200,00	17.350,98	89.923,25
Depreciação acumulada	-30.107,35	-7.300,00	-15.612,41	-53.019,76
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	13.264,92	21.900,00	1.738,57	36.903,49

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registro das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência, e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existe qualquer restrição à titularidade de ativos fixos tangíveis.

6. Ativos intangíveis:

6.1 – Divulgações por cada classe de ativos intangíveis:

Exercício de 2015

Movimentos	Rubricas		Total
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	
Saldo inicial:			
Valor de aquisição	4.000,00	0,00	4.000,00
Depreciação acumulada	-2.666,66	0,00	-2.666,66
Valor líquido inicial	1.333,34	0,00	1.333,34
Movimentos do ano:			
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-1.333,33	0,00	-1.333,33
Total de movimentos	-1.333,33	0,00	-1.333,33
Saldo final:			
Valor de aquisição	4.000,00	0,00	4.000,00
Depreciação acumulada	-3.999,99	0,00	-3.999,99
Valor líquido final	0,01	0,00	0,01

Exercício de 2014

Movimentos	Rubricas		Total
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	
Saldo inicial:			
Valor de aquisição	4.000,00	0,00	4.000,00
Depreciação acumulada	-1.333,33	0,00	-1.333,33
Valor líquido inicial	2.666,67	0,00	2.666,67
Movimentos do ano:			
Depreciação do exercício	-1.333,33	0,00	-1.333,33
Total de movimentos	-1.333,33	0,00	-1.333,33
Saldo final:			
Valor de aquisição	4.000,00	0,00	4.000,00
Depreciação acumulada	-2.666,66	0,00	-2.666,66
Valor líquido final	1.333,34	0,00	1.333,34

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 3 anos.

7. Cientes e outras contas a receber:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de clientes apresenta-se como segue:

Natureza	2015	2014
Cientes conta corrente	1.554.472,29	831.072,87
Cientes de cobrança duvidosa	969,53	969,53
Total bruto	1.555.441,82	832.042,40
Perdas por imparidade acumuladas	-969,53	-969,53
Total líquido	1.554.472,29	831.072,87
Adiantamentos de clientes	1.300,67	23.644,98

A exposição da Associação ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Associação, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

A Associação entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

A 31 de dezembro 2015 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos, para os quais não existe imparidade registada.

O detalhe das outras contas a receber apresenta-se como segue:

Natureza	2015	2014
Outros devedores	1.372,15	3.119,99

8. Estado e outros entes públicos:

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	2015		2014	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Imposto sobre o rendimento	0,00	19.061,32	0,00	1.481,89
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	57.700,63	0,00	65.234,34
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	297.091,45	0,00	286.590,02	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	2.600,46	0,00	2.431,55
Total	297.091,45	79.362,41	286.590,02	69.147,78

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Associação entende que as correções resultantes de revisões, por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015. Não foram reconhecidos outros impostos diferidos ativos ou passivos, dado que não existem situações que levem à sua contabilização.

9. Capital Próprio:

A variação ocorrida, nos anos de 2014 e 2015, no Capital próprio encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações no Capital Próprio.

10. Financiamentos obtidos:

Os financiamentos obtidos respeitam às seguintes dívidas:

Tipo de financiamento obtido	Passivo não corrente	Passivo corrente	Total
Loações financeiras	13.359,16	4.582,44	17.941,60

10.1 – Informação a prestar referente a locações financeiras (locatários):

Categoria de ativo	Valor líquido	Divisão temporal		
		Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano e inferior a 5 anos	Superior a 5 anos
Citroen C5 Tourer (61-OF-27)	14.600,00	4.582,44	13.359,16	0,00

De salientar que não existem rendas contingentes reconhecidas.

11. Fornecedores e outras contas a pagar:

11.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

Natureza	2015	2014
Fornecedores conta corrente	8.334,27	1.095,50

A rubrica de outras contas a pagar apresenta-se como segue:

Natureza	2015	2014
Credores por acréscimos de gastos	20.172,70	17.726,70
	20.172,70	17.726,70
Outros credores:		
Direitos a pagar	9.548,14	1.428,96
Despesas pagas pelo Fundo Cultural	-2.016.825,18	-1.710.437,51
Direitos cobrados	39.308.600,76	33.933.371,53
Direitos pagos	-26.909.529,41	-23.509.140,76
Rendimentos de aplicações financeiras	1.250.437,41	1.187.390,49
Juros de depósitos à ordem	29.524,32	29.524,32
Outros	7.780,08	972,90
	11.679.536,12	9.933.109,93
Total	11.699.708,82	9.950.836,63

As outras contas a pagar constantes do passivo não corrente ascendem a 8.162.207,90 euros e do passivo corrente a 3.527.500,92 euros.

12. Rédito:

12.1 – Políticas contábilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido com referência à sua prestação.

12.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2015	2014
Prestações de serviços:		
Serviços	585.607,06	327.510,62
Descontos e abatimentos	0,00	0,00
Total de prestações de serviços	585.607,06	327.510,62
Outros rendimentos e ganhos:		
Correções relativas a períodos anteriores	1.512,00	0,00
Direitos considerados proveitos	0,00	169.879,11
Outros	595,84	1.004,29
Total de outros rendimentos e ganhos	2.107,84	170.883,40

13. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2015	2014
Trabalhos especializados	113.151,75	117.652,23
Honorários	106.660,00	104.360,00
Rendas e alugueres	15.263,80	12.664,49
Despesas de representação	8.275,65	5.018,78
Comunicação	7.873,27	14.983,97
Combustíveis	6.822,16	6.758,82
Material de escritório	6.474,08	2.697,66
Deslocações e estadas	990,65	7.674,79
Diversos	14.775,05	10.800,23
Total	280.286,41	282.610,97

14. Gastos com o pessoal:

Os gastos com o pessoal apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2015	2014
Remunerações	114.500,64	105.484,36
Encargos sobre remunerações	23.224,21	21.694,35
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	4.315,04	1.846,88
Outros gastos com o pessoal	485,95	0,00
Total	142.525,84	129.025,59

Durante o exercício de 2015, o número médio de pessoas ao serviço da Associação foi de 4 funcionários.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

15. Outros gastos e perdas:

A rubrica de outros gastos e perdas apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2015	2014
Outros gastos e perdas:		
Impostos	19.405,16	14.541,16
Correções relativas a exercícios anteriores	1.471,47	387,02
Insuficiência da estimativa para impostos	2.754,19	0,00
Diversos	51,00	0,00
Total de outros gastos e perdas:	23.681,82	14.928,18
Gastos e perdas de financiamento:		
Juros suportados	1.173,49	18.871,98
Total de gastos e perdas de financiamento	1.173,49	18.871,98

16. Acontecimentos após a data do balanço:

16.1 – Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

As associadas detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

16.2 – Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Direção

Contabilista Certificado

Execução Orçamental

Apresenta-se a execução orçamental global e detalhada na tabela seguinte, com referência ao período em análise. Em termos globais verifica-se uma execução de despesas com correspondência ao orçamentado, a que está associada o efetivo rigor e controlo da despesa. As receitas foram superiores em 12%. As mesmas corresponderam a um aumento significativo em comparação com o ano anterior. Este advém do aumento médio em todos os recebimentos, conforme identificado em anexo, permitindo uma execução superior à que estava prevista. O resultado da execução orçamental foi positivo em 67.594 euros (68.090 euros – 496 euros). A taxa de administração média corresponde a 8% correlativamente ao total de direitos debitados de 5.634.975 euros, a que correspondem 4.049.836 euros (Direitos Retransmissão), 424.824 euros (Direitos Cópia Privada), 1.158.587 euros (Direitos Comunicação Pública e 1.728 Euros (Direito de Aluguer e Comodato).

Rubrica	Orçamento	Execução	Desvio	
			Valor	%
<u>RECEBIMENTOS</u>				
AGICOA	180,000	205,000	25,000	12%
Comissão de Gestão - Direitos Retransmissão	92,500	103,399	10,899	11%
Comissão de Gestão - Direitos Cópia Privada	5,000	17,003	12,003	71%
Serviços Administrativos	0	442	442	100%
GDA/GEDIPE Projeto Direitos Comunicação Pública	240,000	259,746	19,746	8%
Total de recebimentos	517,500	585,590	68,090	12%

Rubrica	Orçamento	Execução	Desvio	
			Valor	%
<u>PAGAMENTOS</u>				
Salários	45,839	46,689	850	2%
Segurança social	9,443	8,722	-721	-8%
Outros benefícios	4,217	4,418	201	5%
IVA	34,598	20,474	-14,124	-69%
Rendas	6,050	6,039	-11	0%
Auditorias	2,000	1,950	-50	-3%
ROC	4,800	4,800	0	0%
Fornecedores	1,725	1,828	103	6%
Comunicações	1,725	1,563	-162	-10%
Outras despesas de escritório	650	680	30	4%
Despesas de representação	4,350	6,174	1,824	30%
Honorários	1,000	1,000	0	0%
Aluguer de viaturas	9,400	9,561	161	2%
Deslocações e estadas	9,500	7,370	-2,130	-29%
Projeto Direitos Comunicação Pública	240,000	249,960	9,960	4%
Serviços de contabilidade	5,400	5,200	-200	-4%
Relações públicas	2,500	2,500	0	0%
Outros serviços profissionais	68,250	71,500	3,250	5%
Computadores	3,803	1,405	-2,398	-171%
Despesas Diversas/Impostos/IRC/Edifícios	4,750	8,663	3,913	45%
Total de pagamentos	460,000	460,496	496	0%

Certificação Legal das Contas

Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Contribuinte n.º 505 348 900

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de GEDIPE-Associação para a Gestão de Direitos de Autor, Produtores e Editores, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, que evidencia um total de 12.071.973 euros e um total de capital próprio de 265.325 euros, incluindo um resultado líquido de 102.044 euros, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Direcção da GEDIPE-Associação para a Gestão de Direitos de Autor, Produtores e Editores, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

Rua Professor Henrique de Barros, nº 4 - 10.º C 2685-338 Prior Velho - Tel. 21 9403772 Fax. 21 9403779
E-mail: mcmp.sroc@mail.telepac.pt
Sociedade Civil, registada na Lista das S.R.O.C., sob o nº 174 - Capital Social 5.000 €, totalmente realizado



Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Contribuinte n.º. 505 348 900

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da GEDIPE-Associação para a Gestão de Direitos de Autor, Produtores e Editores, em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as variações do capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

RELATO SOBRE OUTROS QUESITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Prior Velho, 31 de Março de 2016



Manuel Neta Pinheiro, em representação de
Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC

Relatório e Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Associados,

Em cumprimento da lei e dos estatutos, apresentamos Relatório da nossa Actividade e Parecer sobre o Relatório e Contas apresentados pela Direcção da GEDIPE-Associação para a Gestão de Direitos de Autor, Produtores e Editores, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Acompanhámos a actividade da Associação, e obtivemos os esclarecimentos e informações indispensáveis ao desempenho das nossas funções.

No final do exercício, analisámos os documentos apresentados pela Direcção, designadamente o Relatório, o Balanço, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas emitiu a adequada Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos e que deve considerar-se parte integrante deste Relatório.

Em resultado dos exames efectuados, é nossa convicção que o Relatório da Direcção é suficientemente esclarecedor da situação e actividade da Associação e que as Demonstrações Financeiras satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Baseados nas informações e explicações recebidas da Direcção e dos Serviços e tendo em consideração a análise e verificações efectuadas, somos de parecer que:

ASSOCIAÇÃO PARA A GESTÃO DE DIREITOS DE AUTOR, PRODUTORES E EDITORES

Av. Estados Unidos da América, nº 51-4º Esq. - 1700-165 Lisboa *** Contribuinte: 504.229.290
Telf: (+351) 218 400 187/8 *** Fax: (+351) 218 400 189 *** E-mail: info@gedipe.org *** Web: www.gedipe.org



- a) Que sejam aprovados o Relatório e as Contas apresentadas pela Direcção;
- b) Que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Direcção.

Por último, pretendemos expressar à Direcção e aos Serviços da Associação, o nosso reconhecimento pela disponibilidade e colaboração manifestadas.

Lisboa, 31 de Março de 2016

Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC
representada por Manuel Neta Pinheiro

ASSOCIAÇÃO PARA A GESTÃO DE DIREITOS DE AUTOR, PRODUTORES E EDITORES

Av. Estados Unidos da América, n.º 51-4.º Esq. - 1700-165 Lisboa ↔ Contribuinte: 504.229.290
Telf: (+351) 218 400 187/8 ↔ Fax: (+351) 218 400 189 ↔ E-mail: info@gedipe.org ↔ Web: www.gedipe.org

Relatório de Auditoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da GEDIPE – Associação para a Gestão de Direitos de Autor, Produtores e Editores, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 12.071.973 euros e um total de capital próprio de 265.325 euros, incluindo um resultado líquido de 102.044 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Direção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direção, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

BA



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório da direção com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da GEDIPE – Associação para a Gestão de Direitos de Autor, Produtores e Editores em 31 de dezembro de 2015 e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório da direção é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 7 de abril de 2016

TOCHA, CHAVES & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC

